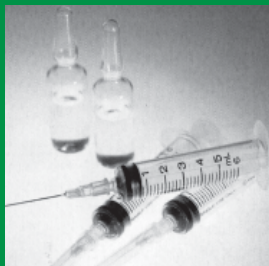




**CRF SP**  
CONSELHO REGIONAL  
DE FARMÁCIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO



# RESÍDUOS E GESTÃO AMBIENTAL



## Expediente

Publicação do Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo - Abril/2007

### ■ DIRETORIA

**Raquel Rizzi Grecchi**  
presidente

**Álvaro Fávaro Júnior**  
vice-presidente

**Hellen Harumi Miyamoto**  
secretária-geral

**Pedro Eduardo Menegasso**  
diretor-tesoureiro

### ■ REDAÇÃO

**Antonio Carlos Magnanelli**

**Érica Pugliesi**

**Fernando Koshiba Gonçalves**

**Fernando de Rezende Francisco**

### ■ COMISSÃO ASSESSORA DE RESÍDUOS E GESTÃO AMBIENTAL

**Fernando Koshiba Gonçalves**  
coordenador

**Érica Pugliesi**  
vice-coordenador

---

• **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:** Andréia Yamani

• **IMPRESSÃO:** Rettec Artes Gráficas

• **TIRAGEM:** 3.000 exemplares

# APRESENTAÇÃO

O Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo mantém em sua estrutura um fórum permanente de participação dos farmacêuticos - as Comissões Assessoras. As Comissões Assessoras do CRF-SP fazem parte de uma instância regulamentada pela Deliberação 214/2003 do CRF-SP. Elas são abertas e constituídas por farmacêuticos que voluntariamente participam de suas reuniões e discutem temas relativos à sua área de atuação.

Estas Comissões assessoram a Diretoria e o Plenário do Conselho em assuntos que exijam conhecimentos específicos da respectiva área de atuação, e também funcionam como fóruns de debates para troca de informações.

Preocupado com a gestão dos Resíduos em Serviços de Saúde, foi criada a Comissão de Resíduos e Gestão Ambiental que elaborou esta Cartilha com o intuito de proporcionar aos farmacêuticos, um guia básico para auxiliar a tomada de decisão em sua atuação profissional relacionada aos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS). Destaca-se a importância do gerenciamento dos RSS devido ao potencial de periculosidade dos resíduos gerados nos estabelecimentos de saúde assim como a necessidade de seu gerenciamento, já previsto em normas e leis.

# SUMÁRIO

---

Introdução .....	5
Serviço .....	6
O Profissional (Perfil e Atribuições) .....	11
A Comissão .....	12
Você sabia que .....	13
Legislação .....	14
Normatização .....	20
Sites Interessantes .....	22

# INTRODUÇÃO

A elaboração do Plano de Gerenciamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde (PGRSS) é de responsabilidade de todos os geradores de resíduos dos serviços de saúde, atribuindo o conceito de poluidor/pagador, mesmo quando o processo de gerenciamento for terceirizado, conforme preconizado nas legislações federais (CONAMA 358/2005 e Anvisa RDC 306/2004).

## Você sabia?

Definem-se como geradores de RSS todos os serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos, importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, entre outros similares.

Deve-se ter em mente que todas as unidades de um Serviço de Saúde são geradoras de resíduos perigosos em potencial. Sendo assim, o primeiro passo para a implantação do PGRSS é o reconhecimento dos resíduos gerados.

Esperamos contribuir com a conscientização e o aprendizado do farmacêutico, para que ele possa minimizar a produção de resíduos e proporcionar o encaminhamento seguro até o destino final, de forma eficiente, visando a proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente.

## SERVIÇO

Para a elaboração do PGRSS é necessário um diagnóstico inicial, ou seja, conhecer as características do estabelecimento de saúde, tais como: atividades desenvolvidas, estrutura física, resíduos gerados, avaliação de risco, etc. Cada PGRSS é único, mesmo em estabelecimentos com as mesmas atividades. Grande parte das informações necessárias ao roteiro de elaboração do PGRSS vem, portanto, das análises da situação existente, obtidas no diagnóstico. Devemos salientar também que o PGRSS deve ser um documento dinâmico, podendo sofrer mudanças ou até mesmo substituição do plano inicial, no decorrer da pesquisa, diagnóstico e implantação, adaptando-se às mudanças de tecnologias, alteração de estrutura física, administrativa, atividades desenvolvidas no estabelecimento e alterações de legislações.

### Gerenciamento de Resíduos dos Serviços de Saúde

#### A. Identificação e classificação

Grupo A: resíduos biológicos

Grupo B: resíduos químicos

Grupo C: rejeitos radioativos

Grupo D: resíduos comuns

Grupo E: resíduos perfurocortantes

#### B. Manejo

Entendido como a ação de gerenciar os resíduos em seus aspectos intra e extra estabelecimento, desde a geração até a disposição final, compreendendo as seguintes etapas:

- **BI Segregação** - Consiste na separação dos resíduos no momento e local de sua geração, de acordo com a classificação adotada.

- **B2 Tratamento interno** - Obrigatório para culturas e estoque de microrganismos, meios de cultura, resíduos de laboratórios de manipulação genética devem ser submetidos ao tratamento que garanta o nível III de inativação microbiana.
- **B3 Acondicionamento** - Consiste no ato de embalar os resíduos segregados, em sacos ou recipientes que evitem vazamentos e resistam às ações de punctura e ruptura. A capacidade dos recipientes de acondicionamento deve ser compatível com a geração diária de cada tipo de resíduo. É necessário estar atento às regras de identificação e classificação dos resíduos, bem como às normas específicas de armazenamento.

Grupo A: resíduos biológicos	Branco leitoso NBR 9191
Grupo B: resíduos químicos	Laranja com identificação da norma 10004
Grupo C: rejeitos radioativos	Após decaimento segundo a norma CNEM 6905, acondicionar conforme seu tipo de periculosidade (Grupo A, B ou D)
Grupo D: resíduos comuns	Caso o resíduo seja classificado como Grupo D reciclável, acondicioná-lo em: I - azul - PAPÉIS II- amarelo - METAIS III - verde - VIDROS IV - vermelho - PLÁSTICOS V - marrom - RESÍDUOS ORGÂNICOS Os demais resíduos classificados como Grupo D: Podem ser acondicionados em saco preto
Grupo E: resíduos perfurocortantes	Coletor para perfurocortante segundo a NBR 13853

- **B4 Coleta e transporte internos** - Consistem na coleta e traslado dos resíduos dos pontos de geração até local destinado ao armazenamento temporário ou armazenamento externo com a finalidade de apresentação para a coleta.
- **B5 Armazenamento interno** - Consiste na guarda temporária dos recipientes contendo os resíduos já acondicionados, em local próximo aos pontos de geração, visando agilizar a coleta dentro do estabelecimento e otimizar o deslocamento entre os pontos geradores e o ponto destinado à apresentação para coleta externa. Não poderá ser feito armazenamento interno com disposição direta dos sacos sobre o piso.

O armazenamento interno poderá ser dispensado nos casos em que a distância entre o ponto de geração e o armazenamento externo justifique.
- **B6 Armazenamento externo** - Consiste na guarda dos recipientes de resíduos até a realização da etapa de coleta externa, em ambiente exclusivo com acesso facilitado para os veículos coletores.
- **B7 Coleta e transporte externos** - Consistem na remoção dos RSS do abrigo de resíduos (armazenamento externo) até a unidade de tratamento e/ou disposição final, utilizando-se técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente, devendo estar de acordo com as orientações dos órgãos de limpeza urbana.
- **B8 Tratamento** - Consiste na aplicação de método, técnica ou processo que modifique as características dos riscos inerentes aos resíduos, reduzindo ou eliminando o risco de contaminação, de acidentes ocupacionais ou de dano ao meio ambiente. O tratamento pode ser aplicado no próprio estabelecimento gerador ou em outro estabelecimento, observadas nestes casos, as condições de

segurança para o transporte entre o estabelecimento gerador e o local do tratamento. Os sistemas para tratamento de resíduos de serviços de saúde devem ser objetos de licenciamento ambiental, de acordo com a Resolução CONAMA nº. 237/1997, ou suas atualizações, e são passíveis de fiscalização e de controle pelos órgãos de vigilância sanitária e de meio ambiente.

Os sistemas de tratamento térmico por incineração devem obedecer ao estabelecido na Resolução CONAMA nº. 316/2002, ou suas atualizações.

- **B9 Disposição final** - Consiste na disposição de resíduos no solo, previamente preparado para recebê-los, obedecendo a critérios técnicos de construção e operação, e com licenciamento ambiental de acordo com a Resolução CONAMA nº.237/97, ou suas atualizações.
- **B10 Relatório** - Recomenda-se o acompanhamento do gerenciamento de resíduos através de índices mensuráveis, tais como:
  - Taxa de acidentes com resíduo perfurocortante;
  - Variação da geração de resíduos;
  - Variação da proporção de resíduos do Grupo A;
  - Variação da proporção de resíduos do Grupo B;
  - Variação da proporção de resíduos do Grupo D;
  - Variação da proporção de resíduos do Grupo E;
  - Variação do percentual de reciclagem.
- **B11 Treinamento**
  - Origem dos resíduos e os respectivos riscos operacionais;
  - Importância da segregação dos resíduos na origem;
  - Padronização de acondicionadores por tipo de lixo gerado e forma de apresentação para a coleta;

- Identificação dos acondicionadores, veículo de coleta e armazenamento de resíduos;
- Importância e uso de EPI;
- Providências a serem tomadas em caso de acidente e situação de emergência;
- Importância e procedimentos para a adequada higienização: das pessoas e dos instrumentos
- A importância do trabalho em equipe e das parcerias, para a qualidade do PGRSS;
- Segurança química e biológica.

## O PROFISSIONAL (Perfil e Atribuições)

Em 1997, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou um documento denominado “The role of the pharmacist in the health care system” (“O papel do farmacêutico no sistema de atenção à saúde”) em que se destacaram 7 qualidades que o farmacêutico deve apresentar. Foi, então, chamado de farmacêutico 7 estrelas.

Este profissional 7 estrelas deverá ser:

- Prestador de serviços farmacêuticos em uma equipe de saúde;
- Capaz de tomar decisões;
- Comunicador;
- Líder;
- Gerente;
- Atualizado permanentemente;
- Educador.

O farmacêutico está apto a ser responsável pela elaboração, implantação, coordenação e treinamento do Plano de Gerenciamento de Resíduos em Serviços de Saúde (PGRSS), bem como atuar em equipe multiprofissional.

Na geração de resíduos é necessário garantir procedimentos adequados para o descarte, sendo aplicável nas drogarias e farmácias, inclusive as de manipulação, farmácias públicas, serviço de assistência domiciliar (*homecare*), hospitais, postos de saúde, laboratórios de análises clínicas, distribuidoras de produtos farmacêuticos, laboratórios de ensino e pesquisas na área de saúde, importadores e produtores de materiais e controle para diagnóstico *in vitro* e serviços de medicina legal.

É obrigatório que exista um programa de treinamento na área de Resíduos e educação continuada em Biossegurança e Meio Ambiente estendido a todos os profissionais que trabalham no serviço, envolvidos direta ou indiretamente nas atividades de gerenciamento de resíduos.

## A COMISSÃO

Em maio de 2004 foi criado, no Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo, um grupo de trabalho de Resíduos e Gestão Ambiental, vinculado à Comissão de Indústria pelos farmacêuticos dr. Fernando Koshiba Gonçalves, dr. Cléverson e dra. Adriany. Neste mesmo período, este grupo acompanhou os trabalhos da Câmara Técnica, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) na revisão da antiga Resolução CONAMA 283/2001, que estabelecia procedimentos para tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de saúde.

As primeiras conquistas deste grupo em Brasília junto ao CONAMA, em especial a inclusão do farmacêutico como um dos profissionais responsáveis pelo PGRSS, e solicitação de adequação da Resolução do Conselho Federal de Farmácia no que se refere ao âmbito do farmacêutico foram de grande importância para o setor de Resíduos.

A partir de janeiro de 2005, foi oficialmente criada a Comissão Assessora de Resíduos e Gestão Ambiental com objetivo de capacitar e desenvolver o farmacêutico no tema em questão, além de discutir com outras entidades de classes e órgãos reguladores a prática do Gerenciamento de Resíduos e Gestão Ambiental com a proposta de parcerias externas.

## VOCÊ SABIA QUE...



...os estabelecimentos que tenham um ou mais serviços terceirizados com alvarás sanitários individualizados, o PGRSS deverá ser único e contemplar todos os serviços existentes, sob responsabilidade técnica do estabelecimento concessionário.

... a segregação adequada dos RSS é um ponto crítico do processo da minimização de resíduos potencialmente infectantes e químicos. Sem uma segregação adequada e no momento da geração, cerca de 70 a 80% dos resíduos gerados em serviços de saúde que não apresentam risco acabam potencialmente contaminados, aumentando os custos e impossibilitando sua reciclagem.

... o gerador é responsável pelos resíduos gerados em seu estabelecimento de saúde mesmo após a disposição final do resíduo, sendo que o destinatário, ao assumir a carga, solidariza-se com o gerador e assim permanece enquanto possível a identificação do resíduo (responsabilidade compartilhada).

...o empregador deve manter os documentos comprobatórios da realização dos treinamentos. Estes documentos devem informar a carga horária, o conteúdo ministrado, o nome e a formação profissional do instrutor e os trabalhadores envolvidos.

Minimização: a primeira forma é reduzir a quantidade de resíduos gerados, buscando formas de combater o desperdício, ou seja, gerar o mínimo. Este procedimento se aplica a *todos* os materiais utilizados: embalagens, materiais descartáveis - que são bastante utilizados -, restos e sobras alimentares, produtos químicos etc. Outra forma é reutilizar o material descartado para a mesma finalidade que a anterior; por exemplo, frascos e vasilhames, após um processo de desinfecção e limpeza. A terceira forma de minimizar é reciclar resíduos que consiste no encaminhamento de materiais recicláveis para reaproveitamento.

# LEGISLAÇÃO

- **Lei Federal nº 2.312**, de 03 de setembro de 1954 – Dispõe sobre Normas Gerais de Defesa e Proteção à Saúde e, no seu artigo 12, fazia observações sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos, a fim de evitar inconvenientes à saúde e ao bem estar público;
- **Lei Federal nº 4.320/1964**, estabelece os serviços, descritos como atividade fim, que devem ser prestados à comunidade pela entidade Prefeitura, incluindo os serviços de saúde e os serviços urbanos, como limpeza pública, que devem garantir asseio e conforto da população, removendo os resíduos que poderão provocar proliferação de vetores;
- **Lei Federal nº 6.229**, de 17 de julho de 1975 – Dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Saúde e define em seu artigo 2º, parágrafo único, letra A, que a área da ação sobre o meio ambiente compreende:
  - a) atividades de combate aos agressores encontrados no ambiente natural e aos criados pelo próprio homem;
  - b) atividades que visem criar melhores condições ambientais para a saúde, tais como: a proteção hídrica, a criação de áreas verdes, a adequada remoção de dejetos e outras obras de engenharia sanitária;
- **Lei Federal nº 6.437**, de 20 de agosto de 1977 – Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências;
- **Lei Federal nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990 – Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- **Decreto Federal nº 49.974-A**, de 21 de janeiro de 1961, denominado Código Nacional de Saúde, regulamenta a Lei Federal nº 2.312, de 03.09.1954;
- **Decreto Federal nº 76.973**, de 31 de dezembro de 1975 – Dispõe sobre normas e

padrões para prédios destinados a serviços de saúde, credenciação e contratos com os mesmos e dá outras providências;

- **Decreto Federal nº 77.052**, de 19 de janeiro de 1976 – Dispõe sobre a fiscalização sanitária das condições de exercício de profissões e ocupações técnicas e auxiliares, relacionadas diretamente com a saúde;
- **Decreto Federal nº 96.044**, de 18 de maio de 1988 – Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e dá outras providências;
- **Resolução da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN – 6.05**, de 27 de novembro de 1985 – Aprova a Norma Experimental: GERÊNCIA DE REJEITOS RADIOATIVOS EM INSTALAÇÕES RADIOATIVAS;
- **Resolução CONAMA nº 5**, de 15 de junho de 1988 – Especifica as obras de saneamento objeto de licenciamento ambiental;
- **Resolução CONAMA nº 6**, de 19 de setembro de 1991 – Desobriga a incineração ou qualquer outro tratamento de queima dos resíduos sólidos provenientes dos estabelecimentos de saúde, portos e aeroportos ressalvados os casos previstos em lei e acordos internacionais.
- **Resolução CONAMA nº 5**, de 5 de agosto de 1993 – Define procedimentos mínimos para o gerenciamento de resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos e aeroportos e estende tais exigências aos terminais ferroviários e rodoviários;
- **Resolução CONAMA 283**, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o tratamento e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde; define com maior clareza os RSS; sugere o princípio da minimização na elaboração do PGRSS;
- **Resolução CONAMA 358**, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a destinação final dos resíduos de serviços de saúde;
- **Resolução CNEN – 3.05**, de 19 de janeiro de 1989 – Aprova a Norma Experimental: REQUISITOS DE RADIOPROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA SERVIÇOS DE MEDICINA NUCLEAR;

- **Portaria Federal MINTER nº 231**, de 27 de abril de 1976 – Estabelece padrões de qualidade do ar para orientação quanto a elaboração dos planos nacionais e regionais de controle de poluição do ar, com vistas ao controle de fontes de emissão de gases poluentes como os incineradores de lixo;
- **Portaria do Ministério da Saúde – MS nº 400**, de 6 de dezembro de 1977 – Aprova as normas e os padrões sobre construções e instalações de serviços de saúde, a serem observados em todo o território nacional;
- **Portaria do Ministério do Interior – MINTER nº 53**, de 1º de março de 1979 – Estabelece normas aos projetos específicos de tratamentos e disposição de resíduos sólidos, bem como a fiscalização de sua implantação, operação e manutenção;
- **Portaria do Ministério da Saúde – MS nº 930**, de 27 de agosto de 1992 – Expede normas para o controle das infecções hospitalares;
- **Portaria Federal MS nº 1.884**, de 11 de novembro de 1994 – Aprova as normas para projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;
- **Portaria Federal nº 204**, de 20 de maio de 1997 – Aprova instruções complementares aos regulamentos dos transportes rodoviários e ferroviários de produtos perigosos;
- **Portaria Federal nº 543**, de 29 de outubro de 1997 – Aprova a relação de aparelhos, instrumentos e acessórios usados em medicina, odontologia e atividades afins, estando incluídos nesta relação a caixa coletora de resíduos perfurantes e cortantes e o recipiente para acondicionamento de resíduos infectantes;
- **Resolução Federal nº 606**, de 24 de março de 1994 – Conceitua e estabelece condições para o funcionamento de estabelecimentos médicos veterinários.
- **Decreto Estadual nº 8.468**, de 8 de setembro de 1976 – Aprova o Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, que Dispõe sobre a Prevenção e o Controle da Poluição do Meio Ambiente;

- **Resolução Conjunta SS/SMA** – I, de 2 de maio de 1996 – Aprova a Instrução Normativa referente aos resíduos sólidos de serviços de saúde que se aplica aos serviços de saúde médicos, odontológicos e veterinários; farmácias; laboratórios de análises clínicas e patológicas;
- **Resolução SS-169, de 19 de 1996** – Aprova norma técnica que disciplina as exigências para o funcionamento de estabelecimentos que realizam procedimentos médico-cirúrgicos ambulatoriais no âmbito do Estado de São Paulo;
- **Resolução Conjunta SS/SMA/SJDC** – I, de 29 de junho de 1998 – Aprova as diretrizes básicas e regulamento técnico para apresentação e aprovação do plano de gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde;
- **CETESB P4.262, de dezembro de 2003** – Estabelece procedimentos para o gerenciamento de resíduos químicos provenientes de estabelecimentos de serviços de saúde, com vistas ao atendimento à Resolução Conjunta SS/SMA/SJDC I;
- **Resolução RDC nº 33 da Anvisa**, de 25 de fevereiro de 2003 – Aprova o regulamento técnico para o gerenciamento de RSS; define os órgãos de divulgação, orientação e fiscalização da Resolução; determina prazo para adequação ao regulamento técnico dos serviços em funcionamento; define geradores de RSS, estabelece diretrizes de manejo;
- **Resolução RDC nº 306 da Anvisa**, de 07 de dezembro de 2004 – dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;
- **Resolução CONAMA 358**, de 04 de maio de 2005 - revogou integralmente a Resolução CONAMA 283, de 12 de julho de 2001, e parcialmente a Resolução CONAMA 5, de 5 de agosto de 1993, relativas ao tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde. Estabelece a necessidade de apresentação de documento de responsabilidade técnica pelo responsável pelo PGRSS no estabelecimento gerador assim como a necessidade de licenciamento ambiental para os sistemas de tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde. Estabelece ainda o tratamento e destinação final adequados às classes específicas de resíduos e ressalta a possibilidade de processos de reutilização, recuperação ou reciclagem.

- **Resolução Conjunta SS/SMA/SJDC-SP- 1**, de 15 julho de 2004 - estabelece a classificação, as diretrizes básicas e o regulamento técnico sobre Resíduos de Serviços de Saúde Animal no Estado de São Paulo.
- **Resolução SMA 33**, de 16 de novembro de 2005 - dispõe sobre procedimentos para o gerenciamento e licenciamento ambiental de sistemas de tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde humana e animal no Estado de São Paulo.
- **Portaria CVS-13**, de 04-11-2005 da Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo aprova norma técnica que trata das condições de funcionamento dos Laboratórios de Análises e Pesquisas Clínicas, Patologia Clínica e Congêneres, dos Postos de Coleta Descentralizados e apresenta um capítulo específico de gerenciamento de RSS.
- **Lei nº 12.300**, de 17 de março de 2006, no Estado de São Paulo, institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes, que procuram aglutinar questões atuais da gestão integrada dos resíduos sólidos, além de estabelecer um elo com as políticas estaduais de saneamento, de recursos hídricos, de saúde pública e de meio ambiente. O projeto dispõe sobre: a) a criação do Sistema Declaratório, um instrumento pelo qual será possível fazer o mapeamento, o planejamento e o controle do lixo gerado. Com isso, abre-se caminho para o fim de aterros e lixões clandestinos e de empresas coletoras não credenciadas; b) a inserção de catadores, associações e cooperativas no processo de coleta, separação e comercialização dos resíduos urbanos recicláveis; c) promover a educação ambiental para geradores e o consumidor final, no sentido de estimular a reutilização, a reciclagem e a redução dos resíduos; d) propõe a criação do Fundo Estadual de Resíduos Sólidos para financiar projetos de reciclagem nos municípios e promover a participação da sociedade, com a possibilidade de conceder incentivos fiscais e tributários, além de fomentar a pesquisa e a implementação de novas tecnologias ecologicamente corretas.

## NORMATIZAÇÃO

- ABNT. Norma Brasileira Registrada – NBR 7502/1982. Transporte de cargas perigosas – Classificação;
- ABNT. NBR 9190/1993. Sacos plásticos para acondicionamento de lixo – Classificação;
- ABNT. NBR 9191/1993. Sacos plásticos para acondicionamento de lixo – Especificação;
- ABNT. NBR 9195/1993 – Sacos plásticos para acondicionamento de lixo – Determinação da Resistência à Queda Livre – Método de Ensaio;
- ABNT. NBR 9196/1993 – Sacos plásticos para acondicionamento de lixo – Determinação de Resistência à Pressão do Ar;
- ABNT. NBR 9197/1993 – Sacos plásticos para acondicionamento de lixo – Determinação de Resistência ao Impacto de Esfera;
- ABNT. NBR 7500/1987. Símbolos de risco e manuseio para o transporte e armazenagem de materiais – Simbologia;
- ABNT. NBR 8286/1987. Emprego da simbologia para o transporte rodoviário de produtos perigosos;
- ABNT. NBR 10004/2004. Resíduos sólidos. Classificação;
- ABNT. NBR 10007/2004.. Amostragem de resíduos – Procedimento;
- ABNT. NBR 12807/1993. Resíduos de serviços de saúde – Terminologia;
- ABNT. NBR 12808/1993. Resíduos de serviços de saúde – Classificação;
- ABNT. NBR 12809/1993. Manuseio de resíduos de serviços de saúde – Procedimentos;
- ANBT. NBR 12810/1993. Coleta de resíduos de serviços de saúde – Procedimento.

- ABNT. NBR 13055/1993. Sacos plásticos para acondicionamento de lixo – Determinação da Capacidade Volumétrica – Método de Ensaio;
- ABNT. NBR 13056/1993. Filmes plásticos para sacos para acondicionamento de lixo – Verificação da Transparência – Método de Ensaio;
- ABNT. NBR 13853/1997. Coletores para Resíduos de Serviços de Saúde Perfurantes e Cortantes – Requisitos e Métodos de Ensaio;

## SITES INTERESSANTES

---

- [www.mma.gov.br/conama/](http://www.mma.gov.br/conama/)
- [www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br)
- <http://www.cvs.saude.sp.gov.br/>
- [www.epa.gov](http://www.epa.gov)
- <http://www.who.int/en/>
- <http://www.opas.org.br/>



## Endereços e telefones

[www.crfsp.org.br](http://www.crfsp.org.br)

### SEDE

Rua Capote Valente, 487 - Jd. América  
São Paulo - SP - CEP 05409-001  
Tel: (11) 3067.1450

### SUBSEDE LESTE

Rua Tuiuti, 2009 - sala 21 - Tatuapé  
São Paulo - SP - CEP 03307-000  
Tel: (11) 6192.4187 / Fax: (11) 6193-3843

### SECCIONAIS

#### Araçatuba

Tel.: (18) 3624.9914

#### Araraquara

Tel.: (16) 3336.2735  
(16) 3336.6929

#### Barretos

Tel.: (17) 3323.6918

#### Bauru

Tel.: (14) 3224.1884  
Fax: (14) 3234.2079

#### Bragança Paulista

Tel.: (11) 4032.8617

#### Campinas

Tel.: (19) 3251.8541  
(19) 3252.4490  
Fax: (19) 3255.8608

#### Fernandópolis

Tel.: (17) 3462.5856  
Fax: (17) 3462.7944

#### Franca

Tel/Fax: (16) 3721.7989

#### Guarulhos

Tel.: (11) 6468.1501

#### Jundiaí

Tel.: (11) 4586.6065

#### Marília

Tel.: (14) 3422.4277  
(14) 3422.4398

#### Mogi das Cruzes

Tel.: (11) 4726.5484

#### Osasco

Tel.: (11) 3682.2850  
Fax: (11) 3685.9063

#### Piracicaba

Tel.: (19) 3434.9591

#### Presidente Prudente

Tel.: (18) 3223.5893  
(18) 3916.1193  
Fax: (18) 3916.1192

#### Registro

Tel.: (13) 3822.1979

#### Ribeirão Preto

Tel.: (16) 3911.9016  
(16) 3911.5054

#### Santo André

Tel.: (11) 4437.1991

#### Santos

Tel.: (13) 3233.5566  
Fax: (13) 3221.6781

#### São João da Boa Vista

Tel.: (19) 3631.0441

#### São José dos Campos

Tel.: (12) 3921.4644

#### São José do Rio Preto

Tel/Fax: (17) 3234-4043

#### Sorocaba

Tel.: (15) 3233-8130



**CRF SP**  
CONSELHO REGIONAL  
DE FARMÁCIA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO

**CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**RUA CAPOTE VALENTE, 487 • JARDIM AMÉRICA • 05409-001  
SÃO PAULO • SP • TEL: (11) 3067-1450 • [www.crfsp.org.br](http://www.crfsp.org.br)**